

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>21</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>22</b>

## Relatório da Administração

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“CCR SPVias” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

#### 1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 94 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

A Companhia conta com 635 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

#### 1.3 Destaques do ano de 2024

##### Destaques financeiros

- Captação de Debêntures em abril no valor de R\$ 235.000 a CDI + 1,30% a.a.;
- Captação de Debêntures em dezembro no valor de R\$ 640.000 a CDI + 0,70% a.a.;
- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 183.282; e
- Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 22.507.

##### Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2024 foram constatadas 79 mortes, ou seja, uma redução de 27% no número de mortes.

As obras listadas abaixo, foram entregues em 2024:

Recuperação do pavimento das rodovias (Pista e Trevos)

- SP-255 – Rodovia João Mellão;

- SP-270 – Rodovia Raposo Tavares;
- SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão;
- SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes;
- SP-280 – Rodovia Castelo Branco.

## 2. Estratégia e gestão

### 2.1 Governança corporativa

#### Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

#### Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Fausto Camilotti. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/spvias](http://www.grupoccr.com.br/spvias).

### 2.2 Gestão de pessoas

A CCR embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2024, a Academia CCR atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a Companhia foram realizadas 18.113 horas de treinamento, com 84,02% de treinamentos na modalidade on-line, 12,31% na modalidade presencial e 3,67% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 3.826 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 5 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo.

Em 2024, a Academia CCR registrou um investimento de R\$ 118,5 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a Companhia.

A Companhia conta com 588 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população limdeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

## 3. Desempenho econômico e financeiro

### 3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

## Desempenho

Em R\$ mil	2024	2023	Var.%
<b>Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)</b>	<b>1.219.702</b>	<b>1.109.856</b>	<b>9,90%</b>
<b>Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)</b>	<b>1.072.919</b>	<b>987.569</b>	<b>8,64%</b>
- Receita de pedágio	1.067.082	980.755	8,80%
- Receitas acessórias	5.837	6.814	-14,34%
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(94.207)</b>	<b>(86.192)</b>	<b>9,30%</b>
<b>Receita líquida (excluída a receita de construção)</b>	<b>978.712</b>	<b>901.377</b>	<b>8,58%</b>
<b>(+) Receita de construção</b>	<b>146.783</b>	<b>122.287</b>	<b>20,03%</b>
<b>Custos e despesas (a)</b>	<b>(783.137)</b>	<b>(633.032)</b>	<b>23,71%</b>
- Depreciação e amortização	(194.197)	(178.546)	8,77%
- Serviços de terceiros	(115.600)	(56.608)	104,21%
- Custo da outorga	(17.385)	(16.331)	6,45%
- Custo com pessoal	(76.703)	(73.326)	4,61%
- Custo de construção	(146.783)	(122.287)	20,03%
- Provisão de manutenção	(165.073)	(92.974)	77,55%
- Outros custos e resultados operacionais	(67.396)	(92.960)	-27,50%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>342.358</b>	<b>390.632</b>	<b>-12,36%</b>
<b>Margem EBIT ajustada (b)</b>	<b>34,98%</b>	<b>43,34%</b>	<b>-19,28%</b>
<b>EBIT (c)</b>	<b>342.358</b>	<b>390.632</b>	<b>-12,36%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>30,42%</b>	<b>38,16%</b>	<b>-20,29%</b>
(+) Depreciação e amortização	194.197	178.546	8,77%
<b>EBITDA (b)</b>	<b>536.555</b>	<b>569.178</b>	<b>-5,73%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>47,67%</b>	<b>55,60%</b>	<b>-14,26%</b>
(+) Provisão de manutenção (d)	165.073	92.974	77,55%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>701.628</b>	<b>662.152</b>	<b>5,96%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (e)</b>	<b>71,69%</b>	<b>73,46%</b>	<b>-2,41%</b>
Resultado financeiro líquido	(101.115)	(133.934)	-24,50%
<b>Lucro antes do IR &amp; CS</b>	<b>241.243</b>	<b>256.698</b>	<b>-6,02%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(68.634)	(78.865)	-12,97%
<b>Lucro antes da participação dos minoritários</b>	<b>172.609</b>	<b>177.833</b>	<b>-2,94%</b>
<b>Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>172.609</b>	<b>177.833</b>	<b>-2,94%</b>
<b>Endividamento bruto (f)</b>	<b>1.011.451</b>	<b>1.105.385</b>	<b>-8,50%</b>
<b>Investimentos (caixa)</b>	<b>161.718</b>	<b>167.892</b>	<b>-3,68%</b>
<b>Veículos equivalentes (em milhares)</b>	<b>72.970</b>	<b>70.234</b>	<b>3,90%</b>

- (a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; e
- (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação).

### 3.1.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou em 2024 R\$ 1.067.082 (8,80% sobre 2023), foi um ano com cenário econômico positivo, com bom desempenho da indústria e do comércio, que influenciou positivamente o tráfego de veículos de passeio e comercial. Isso resultou em um aumento de +3,9% considerável de tráfego no ano. Além disso, o reajuste anual de tarifa amplifica o resultado de receita entre os dois anos.

### 3.1.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 23,71% em relação a 2023, perfazendo R\$ 783.137 no ano de 2024. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 146.783, aumento de 20,03% em relação a 2023, impactado principalmente pela obra de Duplicação do Trecho Urbano de Itapeva;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 165.073 e apresentou um aumento de 77,55% em 2024, em relação ao ano de 2023, considerando a realização de revisões nas soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção no pavimento decorrente ao Acordo Definitivo com o Estado em 31 de março de 2022, previsto até setembro de 2028 e das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com a aprovações dos projetos de intervenção junto ao poder concedente;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 194.197 no ano de 2024. O aumento de 8,77% é reflexo do recálculo da curva de amortização, impactado diretamente pelo aditivo de extensão do prazo de Concessão;
- O custo de outorga atingiu R\$ 17.385. O aumento de 6,45% em relação a 2023, deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio, que é reflexo do crescimento do tráfego, além do reajuste tarifário;
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 115.600 no ano de 2024, aumento de 104,21% em relação a 2023, decorrente principalmente devido ao aumento com Serviço de Recuperação do Pavimento flexível, Serviço De Consultoria Jurídica e Gastos Compartilhados referente as faturas de Custeio GBS. Além disso, temos também o reajuste contratual nos pacotes de serviços da Conservação;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 76.703 no ano de 2024, registrando um aumento de 4,61% quando comparado com o ano de 2023. Esse aumento é reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio CSC, adequação salarial, gastos com assistência médica que está relacionado com a utilização do plano de saúde, reajuste contratual e sinistralidade apurada no período; e
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram uma redução de 27,50% em relação ao ano de 2023 e atingiram R\$ 67.396 no ano de 2024. Essa redução deve-se principalmente por menores valores realizados em Materiais para Manutenção e Conservação.

### 3.1.3 Resultado financeiro

No ano de 2024, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 101.115 comparado a um resultado de R\$ 133.934 em 2023. A redução de 24,5% ocorreu principalmente pelas menores taxas apresentadas na contratação da nova captação realizada em abril 2024 para pré-pagamento de dívida com taxas mais onerosas.

### 3.1.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 172.609, refletindo uma redução de 2,94% quando comparado ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento nos custos operacionais.

### 3.1.5 Endividamento

No ano de 2024 a dívida bruta alcançou R\$ 1.011.451 em comparação a R\$ 1.105.385 em 2023, especialmente devido ao pré-pagamento da 9ª emissão e do menor volume captado na 13ª emissão em relação à 9ª.

### 3.1.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 163.559 em 2024, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destaca-se:

#### SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Duplicação Trecho Urbano de Itapeva;

## 4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (IC02), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de

Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:  
<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

#### 4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.
- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

#### 4.2 Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia

fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR. Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a empresa realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site:  
<https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

## 4.3 Social

### 4.3.1 Gestão de Pessoas

A CCR tem como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade e como pilar estratégico a valorização das suas pessoas. Para isso, desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade.

A Diretoria Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de desenvolvimento organizacional, atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, saúde e bem-estar, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, segurança e qualidade.

Os destaques em 2024, alinhados com a nossa visão de “Liderar o setor de mobilidade”, foram os projetos de: (i) Evolução da Cultura “3 Is” (Integridade, Integração e Impacto), e (ii) Estrutura Organizacional, que visam a criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente, agindo de forma integrada e colaborativa, com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma holding ainda mais estratégica.

Com o objetivo de manter as pessoas saudáveis, seguras e disponíveis para suas atividades, a Gestão de Segurança da CCR busca assegurar a continuidade dos negócios, demonstrando a confiabilidade operacional em suas atividades.

A cultura de segurança vem demonstrando sua efetividade no controle de riscos associados ao trabalho e no desenvolvimento da maturidade organizacional, frente aos desafios de proporcionar um ambiente seguro para os colaboradores. Em 2023, reduzimos em 47% a taxa de acidentes em relação a 2022. O resultado positivo está fundamentado em cinco pilares: o cumprimento de requisitos legais; a padronização de processos; o controle de riscos operacionais; a conscientização e treinamento das pessoas e a melhoria contínua da gestão de segurança. O programa de Segurança é pautado em ferramentas que influenciam os colaboradores a terem comportamento preventivo e proativo, considerando:

- Observação Comportamental (OC): promove a interação do Líder com o Liderado para correção de comportamentos inseguros e prover as práticas seguras no ambiente de trabalho.
- Índice de Práticas Seguras (IPS): inspeção técnica realizada pelo time da Segurança no ambiente de trabalho com objetivo de identificar e de tratar os riscos de acidentes.
- Eu Vejo Eu Protejo: Ferramenta para reporte de riscos e condições inseguras no ambiente de trabalho para todos os colaboradores.

Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso e GPTW. O Grupo CCR conquistou, pela primeira vez, o 9º lugar, entre 175 Melhores Empresas para se Trabalhar no país (ranking do Great Place to Work), na categoria “Gigantes” (mais de 10 mil colaboradores). Também entrou na lista das 25 melhores empresas para Mulheres trabalharem no Brasil. Esse é o resultado de uma longa jornada dedicada a melhorar a vida das pessoas através da mobilidade.

Cuidamos da valorização dos nossos talentos, implantando uma metodologia para análise de potencial e ampliação do plano de sucessão da alta liderança. A Academia CCR também impulsionou a evolução cultural formando 238 multiplicadores de diversas áreas da empresa. Colaboradores que foram formados para desempenharem este papel e disseminar o reforço do conteúdo para mais de 16 mil colaboradores.

Esse esforço reflete nosso compromisso em fortalecer a Cultura CCR, assegurando que ela seja vivenciada e compartilhada de maneira eficaz em todas as unidades de negócio. Foram registradas mais de 490 mil horas de treinamento em 2024. Além disso, realizamos a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outros destaques foram a atualização do Plano de Cargos e Salários, incluindo ações para igualdade salarial entre mulheres e homens, e o relançamento do Programa Viva Bem (Programas de Qualidade de Vida e Benefícios).

Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores que, em 31 de dezembro de 2024, somavam 17.124 pessoas, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e em Curaçao.

#### 4.3.2 Diversidade & Inclusão (D&I)

O Grupo CCR dedicou esforços para implementação do aprimoramento do modelo de Governança em D&I, com a criação do Comitê de D&I (liderado pela Vice Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e composto por outras lideranças e profissionais em posições estratégicas), sponsors (lideranças patrocinadoras que ocupam a posição de C-level, foram selecionadas como patrocinadores institucionais em cada pilar de D&I), Escritório de D&I (composto pela Diretora de Pessoas, time técnico de D&I e Gerência de Comunicação) e a definição das lideranças de grupos de afinidades nos pilares de (1) equidade de gênero, (2) raça e etnia, (3) pessoa com deficiência, (4) pessoas LGBTQIAPN+, (5) geracional e (6) culturas e regionalidades. Em curso estão uma agenda de capacitações para as pessoas integrantes desta Governança e discussões sobre as próximas etapas da jornada de D&I na Companhia.

Além disso, a continuidade de esforços no engajamento da autodeclaração racial e identidade de colaboradores. Como resultado, alcançou 95,5% dos colaboradores ativos (aumento de 1,5 p.p. com relação ao trimestre anterior) e com relação a autodeclaração de identidade de gênero, obteve 76,6% (aumento de 5 p.p. com relação ao trimestre anterior).

Como parte da agenda, destaques para:

- Lançamento do 2º ciclo do Programa de Mentoria Elas, com o objetivo de estimular o protagonismo de carreira feminino, apoiando um dos pilares do grupo de afinidade de equidade de gênero. Atualmente, 145 mulheres estão sendo mentoradas por 48 pessoas mentoras. Este ciclo contemplou a inclusão de homens como mentores. O ciclo de 2023, foram mais de 250 mulheres, entre mentoradas e mentoras.
- Em 2024, no último trimestre, contamos com a parceria com um fornecedor especializado no desenvolvimento de pessoas para apoiar o programa de mentoria conduzido pelo Grupo.
- Roda de conversa inédita sobre o agosto Lilás, discutindo sobre o combate da violência contra mulheres e meninas, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 626 pontos de conexão ao vivo, no total.
- Com a conclusão da agenda de capacitação das pessoas integrantes da Governança em D&I, o Grupo CCR lançou para os colaboradores, o Programa Pertencer - Inclusão e Respeito para Ser, apresentando o modelo de Governança em D&I e abriu as inscrições para participação nos grupos de afinidades dos pilares mencionados acima.
- Participação da CCR, como painelistas, no debate sobre a participação feminina em cargos de liderança, organizado pela Women in Leadership in Latin America (Will) e no 13º Super Fórum, promovido pela CKZ Diversidade, com o objetivo de engajar lideranças masculinas em ações concretas para a promoção de ambiente inclusivo e representatividade feminina nas corporações.
- Recebimento de condecoração pelas Prefeituras de São Paulo (SP) e Salvador (BA), no Selo de Igualdade Racial 2024, de ambas as prefeituras.
- No pilar de Equidade de Gênero, houve a capacitação de mentores para realização de mentorias a 145 mulheres do Programa Nós Por Elas.
- Roda de conversa sobre Justiça Climática, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 476 pontos de conexão ao vivo, no total.

### 4.3.3 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024, o Instituto CCR, completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória.

Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA).

O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô – BA).

O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais.

Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insuper.

A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada.

Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana.

Saiba mais em [www.institutoccr.com.br](http://www.institutoccr.com.br).

## **5. Considerações finais**

### **5.1 Agradecimentos**

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

### **5.2 Auditores independentes**

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções

gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 13 de março de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas e Administradores da Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Tatuí - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os

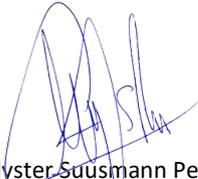
eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere  
Contador CRC 1SP230426/O-9

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

## Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>202.078</b>	<b>211.370</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	87.232	125.818
Aplicações financeiras	6	25.291	4.984
Contas a receber	7.1	80.797	67.604
Contas a receber de partes relacionadas	9	1	7.161
Tributos a recuperar		5.237	1.629
Adiantamentos a fornecedores		-	885
Despesas antecipadas e outros créditos		3.520	3.289
<b>Não circulante</b>		<b>1.615.443</b>	<b>1.528.349</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos a recuperar		484	725
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	95.107	39.380
Depósitos judiciais e outros créditos		194.829	158.482
<b>Imobilizado</b>	10	82.181	68.890
<b>Intangível</b>	11	971.069	1.093.712
<b>Infraestrutura em construção</b>	11	270.967	166.923
<b>Direito de uso em arrendamento</b>		806	237
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.817.521</b>	<b>1.739.719</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>269.945</b>	<b>325.368</b>
Debêntures	12	110.336	225.484
Fornecedores		50.245	32.042
Imposto de renda e contribuição social		29.604	31.692
Impostos e contribuições a recolher		13.041	10.500
ISS a recolher		6.244	5.564
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		8.982	8.186
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	3.544	3.683
Juros sobre capital próprio	9	-	4.178
Provisão de manutenção	14	45.287	1.306
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	1.500	1.494
Passivo de arrendamento		401	199
Outras obrigações		761	1.040
<b>Não circulante</b>		<b>1.290.322</b>	<b>1.124.846</b>
Debêntures	12	901.115	879.901
Pis e Cofins diferidos		2.194	1.523
Obrigações trabalhistas e previdenciária		-	93
Fornecedores		6.406	8.528
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	5.156	5.665
Provisão de manutenção	14	374.988	229.083
Passivo de arrendamento		463	53
<b>Patrimônio Líquido</b>	15	<b>257.254</b>	<b>289.505</b>
Capital social		205.225	205.225
Reservas de capital		39	55
Reservas de lucros		51.990	84.225
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.817.521</b>	<b>1.739.719</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

## Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	16	<b>1.125.495</b>	<b>1.023.664</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<b>(705.184)</b>	<b>(580.035)</b>
Custo de construção		(146.783)	(122.287)
Serviços		(110.984)	(92.846)
Depreciação e amortização	10 e 11	(192.184)	(176.824)
Custo com pessoal		(46.069)	(47.435)
Provisão de manutenção	14	(165.073)	(92.974)
Custo da outorga		(17.385)	(16.331)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.932)	(21.247)
Outros		(10.774)	(10.091)
<b>Lucro bruto</b>		<b>420.311</b>	<b>443.629</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(77.953)</b>	<b>(52.997)</b>
Despesas com pessoal		(30.634)	(25.891)
Serviços		(24.097)	(10.665)
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.013)	(1.722)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.021)	(1.008)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(6.606)	(4.471)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.452)	(3.333)
Indenizações		(2.471)	(2.969)
Taxa de administração		(1.429)	(983)
Água, luz, telefone, internet e gás		(629)	(616)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(482)	(503)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(104)	(67)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(60)	(69)
Reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	509	4.632
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.464)	(5.332)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>342.358</b>	<b>390.632</b>
Resultado financeiro	17	(101.115)	(133.934)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>241.243</b>	<b>256.698</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(68.634)	(78.865)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>172.609</b>	<b>177.833</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>172.609</b>	<b>177.833</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>172.609</b>	<b>177.833</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>205.225</b>	-	<b>34.413</b>	-	<b>12.041</b>	-	<b>251.679</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	177.833	177.833
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	55	-	-	-	-	55
Juros sobre capital próprio em 24 de março de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.632)	(3.632)
Juros sobre capital próprio em 24 de março de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(641)	(641)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.119)	(4.119)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(727)	(727)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.480)	(4.480)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(790)	(790)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.179)	(4.179)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(737)	(737)
Pagamento de Dividendo Adicional Proposto em 26 de abril de 2023		-	-	-	-	(12.041)	-	(12.041)
Distribuição de dividendos intermediários em 24 de Novembro de 2023		-	-	-	-	-	(108.716)	(108.716)
Reserva Legal		-	-	6.632	-	-	(6.632)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	43.180	-	(43.180)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>205.225</b>	<b>55</b>	<b>41.045</b>	<b>43.180</b>	-	-	<b>289.505</b>
Distribuição de dividendos adicionais em 29 de abril de 2024	15.5	-	-	-	(43.180)	-	-	(43.180)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.6	-	(16)	-	-	-	-	(16)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	172.609	172.609
Destinações								
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(3.902)	(3.902)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(689)	(689)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.303)	(4.303)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(759)	(759)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.887)	(4.887)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(2.686)	(2.686)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(474)	(474)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(450)	(450)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de Novembro de 2024	15.5	-	-	-	-	-	(140.102)	(140.102)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.945	-	(10.945)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>205.225</b>	<b>39</b>	<b>41.045</b>	<b>10.945</b>	-	-	<b>257.254</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Rodovias Integradas do Oeste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>172.609</b>	<b>177.833</b>
<b>Ajustes por:</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(55.727)	(32.538)
Depreciação e amortização	10 e 11	193.653	178.356
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		544	190
Baixa do ativo imobilizado	10	331	259
Capitalização de custo de debêntures	10 e 11	(30.225)	(15.206)
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	130.553	167.790
Constituição da provisão de manutenção	14	165.073	92.974
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14	25.937	15.418
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	60	69
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	6.065	4.326
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	-	4
Rendimento de aplicação financeira		(2.461)	(329)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	17	95	30
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.1	(16)	55
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber das operações	7.1	(13.253)	(12.813)
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.160	(1.737)
Tributos a recuperar		(3.367)	(1.123)
Adiantamentos a fornecedor		885	(885)
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos		(36.578)	(36.155)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		16.081	8.934
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(139)	1.672
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		703	127
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		123.902	109.091
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(126.003)	(98.808)
Obrigações com o Poder Concedente		6	(20)
Realização da provisão de manutenção	14	(1.124)	(166)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	(6.574)	(8.958)
Pis e Cofins diferidos		671	671
Outras obrigações		(279)	(1.206)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>568.582</b>	<b>547.855</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(17.483)	(29.738)
Aquisição ao ativo intangível	11	(143.111)	(137.988)
Outros de ativo intangível	11	2.143	126
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(17.851)	(4.102)
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	6	5	(6)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(176.297)</b>	<b>(171.708)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	20.1	871.885	122.426
Pagamento de principal	20.1	(934.000)	(196.000)
Pagamento de juros	20.1	(162.372)	(172.948)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	20.1	(596)	(217)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.1	(205.788)	(137.087)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>(430.871)</b>	<b>(383.826)</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(38.586)</b>	<b>(7.679)</b>
No início do exercício		125.818	133.497
No final do exercício		87.232	125.818
		<b>(38.586)</b>	<b>(7.679)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 11 de fevereiro de 2000. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irreatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos e manutenções programadas.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 21/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o dia 21 de setembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000.

O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão da Obra de Prolongamento da Duplicação do Trecho Urbano do Município de Itapeva, entre os km 280+850 ao Km 282+700 e Km 284+700 ao Km 287+904, e Implantação de Dispositivo no Km 288+000, todos da Rodovia SP-258 Francisco Alves Negrão.

Em 2023, houve recuperação de Tráfego, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 01/10/2023 e do reajuste tarifário contratual de 3,94% além do reajuste adicional de R\$ 0,10 vigentes a partir de julho.

Conforme publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo "DOESP" de 21/06/2024 o Poder Concedente mantém o acréscimo de R\$ 0,10 nas tarifas de pedágio a partir de 01/07/2024 como medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato nº010/CR/00 e autorizada no âmbito da deliberação



proferida na 165ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP (SEI nº.1548421) correspondente a aplicação de R\$ 0,10 (dez centavos) nas tarifas de pedágio por praça de pedágio.

Diante do acima exposto em 27/06/2024 o Poder Concedente publica em DOESP as tarifas a serem praticadas a partir de 01/07/2024, considerando o reajuste tarifário contratual de 3,93% (IPCA) além do reajuste adicional de R\$ 0,20.

## **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

### **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão**

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.



Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 13 de março de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



## Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 13.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
14. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Moeda estrangeira

#### Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

### 3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.



Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



## Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais



os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativo financeiro a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

## Desreconhecimento

### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



## Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

#### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

### 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### 3.6. Ativo imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 11.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### 3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).



As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

## Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação



para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 3.10. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

#### 3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

#### 3.12. Benefícios a empregados

##### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são



reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

## Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.



O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

### 3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder do Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão ser executório, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contrato de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.



A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### 3.15. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

### 3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Grupo CCR adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18.

### 3.17. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

### Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

## 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.



- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.



A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

## c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º.18.

## d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	211.554	203.891	389.864	351.057	203.518
Fornecedores e outras obrigações	51.006	6.406	-	-	-
Fornecedores de partes relacionadas	3.544	-	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.500	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 67.867, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa n.º 12. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.



## 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e bancos	4.319	4.366
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	82.913	121.452
<b>Total</b>	<b>87.232</b>	<b>125.818</b>

<b>Aplicações financeiras</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>25.291</b>	<b>4.984</b>
Aplicações financeiras (a)	25.120	4.808
Conta reserva (b)	171	176
<b>Total</b>	<b>25.291</b>	<b>4.984</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,31% do CDI, equivalente a 10,80% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (99,50% do CDI, equivalente a 13,04% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e  
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 12).

## 7. Contas a receber

### 7.1. Contas a receber líquidas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>80.797</b>	<b>67.604</b>
Contas a receber das operações (a)	80.983	67.730
Provisão para perda esperada (b)	(186)	(126)
<b>Total</b>	<b>80.797</b>	<b>67.604</b>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e  
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

### 7.2. Aging do contas a receber

<b>Idade de vencimentos dos títulos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Créditos a vencer	80.786	67.581
Créditos vencidos até 60 dias	7	12
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4	11
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	45	26
Créditos vencidos há mais de 180 dias	141	100
<b>Total bruto de provisão para perda esperada</b>	<b>80.983</b>	<b>67.730</b>



## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

<b>Conciliação do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>241.243</b>	<b>256.698</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	<b>(82.023)</b>	<b>(87.277)</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Despesas indedutíveis	(1.345)	(1.016)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(108)	(248)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	4.419	3.003
Juros sobre capital próprio	7.331	6.564
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	296	53
Outros ajustes tributários (a)	2.796	56
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(68.634)</b>	<b>(78.865)</b>
Impostos correntes	(124.361)	(111.403)
Impostos diferidos	55.727	32.538
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>28,45%</b>	<b>30,72%</b>

(a) Em 2024, o montante de R\$ 2.796 refere-se à: (i) R\$ 24 parcela isenta adicional; (ii) R\$ 2.772 efeito tributário de imposto corrente de exercícios anteriores.

### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:



	2024	2023
<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>		
<b>Ativo</b>	<b>150.922</b>	<b>85.190</b>
Provisão de manutenção	142.893	78.332
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.837	2.667
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	2.654	1.801
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.753	1.926
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	77	56
Arrendamento	21	5
Programa de gratificação longo prazo	687	403
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(55.815)</b>	<b>(45.810)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>95.107</b>	<b>39.380</b>
<b>Passivo</b>	<b>(55.815)</b>	<b>(45.810)</b>
Capitalização de juros	(26.870)	(19.281)
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(15.293)	(10.618)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(8.920)	(10.797)
Ajuste a valor presente sobre outorga variável	(1.613)	(1.613)
Custo de transação de debêntures	(1.538)	(1.498)
Amortização de ágio	(1.581)	(2.003)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>55.815</b>	<b>45.810</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>95.107</b>	<b>39.380</b>
<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>39.380</b>	<b>6.842</b>
Reconhecimento no resultado	55.727	32.538
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>95.107</b>	<b>39.380</b>

(a) (SalDOS de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures e notas promissórias capitalizado.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

SalDOS	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	<b>1</b>	<b>2.712</b>	<b>2.713</b>	<b>-</b>	<b>97.686</b>	<b>97.686</b>
Aplicações financeiras	-	-	-	-	89.912	89.912
Bancos conta movimento	-	2.500	2.500	-	447	447
Contas a receber	1	-	1	-	7.161	7.161
Outros créditos	-	212	212	-	166	166
<b>Passivo</b>	<b>3.452</b>	<b>92</b>	<b>3.544</b>	<b>221</b>	<b>7.640</b>	<b>7.861</b>
Fornecedores e contas a pagar	3.452	92	3.544	221	3.462	3.683
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	4.178	4.178



Transações	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas com benefício da previdência privada de colaboradores	-	(48)	(48)	-	(124)	(124)
Custos / despesas de serviços prestados - serviços especializados	-	(235)	(235)	-	(151)	(151)
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(169)	(169)	-	(398)	(398)
Custos / despesas de serviços prestados - benefício em vales a colaboradore	-	(6.348)	(6.348)	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	(2.310)	(2.310)	-	(1.953)	(1.953)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	(176)	(176)	-	-	-
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(86)	(86)	-	(108)	(108)
Receitas de aplicações financeiras	-	1.416	1.416	-	14.985	14.985
Repasso de custos e despesas - CCR CSC	(45.745)	-	(45.745)	(38.549)	-	(38.549)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(7)	123	116	(14)	(58)	(72)
Repasso de custos e despesas - rodovias	-	(1.033)	(1.033)	-	-	-

## 9.1. Profissionais-chave da administração

### Despesas com profissionais-chave

Remuneração (a) (b)	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2024	2023
<b>Remuneração (a) (b)</b>	<b>(8)</b>	<b>(937)</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	-	<b>346</b>
<b>Outros benefícios:</b>		
Provisão para remuneração variável do ano	-	8
Reversão de provisão de PPR do ano anterior	(8)	(1.296)
Previdência privada	-	5

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 6.271, referente as despesas com profissionais-chave.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

## 10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Imobilizações em andamento		Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>1.002</b>	<b>5.798</b>	<b>3.471</b>	<b>30</b>	<b>126</b>	<b>12.710</b>	<b>23.137</b>	<b>20.169</b>	<b>43.306</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	33.437	33.437
Baixas	(1)	(90)	-	-	-	(168)	(259)	-	(259)
Transferências	270	3.391	3.598	-	-	663	7.922	(7.922)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	39	-	-	-	-	39	-	39
Depreciação	(250)	(1.779)	(2.301)	(10)	-	(3.293)	(7.633)	-	(7.633)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.021</b>	<b>7.359</b>	<b>4.768</b>	<b>20</b>	<b>126</b>	<b>9.912</b>	<b>23.206</b>	<b>45.684</b>	<b>68.890</b>
Custo	4.192	28.135	17.560	609	126	48.314	98.936	45.684	144.620
Depreciação acumulada	(3.171)	(20.776)	(12.792)	(589)	-	(38.402)	(75.730)	-	(75.730)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.021</b>	<b>7.359</b>	<b>4.768</b>	<b>20</b>	<b>126</b>	<b>9.912</b>	<b>23.206</b>	<b>45.684</b>	<b>68.890</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	22.710	22.710
Baixas	(9)	(79)	-	-	-	(243)	(331)	-	(331)
Transferências	225	10.805	7.004	-	-	608	18.642	(18.642)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	14	14	-	14
Depreciação	(250)	(3.750)	(2.650)	(8)	-	(2.444)	(9.102)	-	(9.102)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>987</b>	<b>14.335</b>	<b>9.122</b>	<b>12</b>	<b>126</b>	<b>7.847</b>	<b>32.429</b>	<b>49.752</b>	<b>82.181</b>
Custo	3.579	32.994	22.817	606	126	36.107	96.229	49.752	145.981
Depreciação acumulada	(2.592)	(18.659)	(13.695)	(594)	-	(28.260)	(63.800)	-	(63.800)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>987</b>	<b>14.335</b>	<b>9.122</b>	<b>12</b>	<b>126</b>	<b>7.847</b>	<b>32.429</b>	<b>49.752</b>	<b>82.181</b>
<b>Taxa média anual de depreciação %</b>									
Em 31 de dezembro de 2024	14	18	24	7		12			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das debêntures no montante de R\$ 5.227 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.699 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo das



debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 11,40% a.a. e 13,24% a.a., respectivamente.

## 11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível						
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>778.293</b>	<b>1.653</b>	<b>475.995</b>	<b>3.635</b>	<b>1.259.576</b>	<b>22.454</b>	<b>1.282.030</b>
Adições	-	-	-	2.831	2.831	146.664	149.495
Transferências	2.087	2.631	-	(2.631)	2.087	(2.087)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(39)	(39)	-	(39)
Amortização	(105.453)	(899)	(64.371)	-	(170.723)	-	(170.723)
Outros	(20)	-	-	-	(20)	(108)	(128)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>674.907</b>	<b>3.385</b>	<b>411.624</b>	<b>3.796</b>	<b>1.093.712</b>	<b>166.923</b>	<b>1.260.635</b>
Custo	1.567.508	15.440	1.138.254	3.796	2.724.998	166.923	2.891.921
Amortização acumulada	(892.601)	(12.055)	(726.630)	-	(1.631.286)	-	(1.631.286)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>674.907</b>	<b>3.385</b>	<b>411.624</b>	<b>3.796</b>	<b>1.093.712</b>	<b>166.923</b>	<b>1.260.635</b>
Adições	-	-	-	2.915	2.915	165.194	168.109
Transferências	61.148	222	-	(221)	61.149	(61.149)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(14)	(14)	-	(14)
Amortização	(116.716)	(967)	(66.868)	-	(184.551)	-	(184.551)
Outros	(2.142)	-	-	-	(2.142)	(1)	(2.143)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>617.197</b>	<b>2.640</b>	<b>344.756</b>	<b>6.476</b>	<b>971.069</b>	<b>270.967</b>	<b>1.242.036</b>
Custo	1.626.514	15.660	1.138.254	6.476	2.786.904	270.967	3.057.871
Amortização acumulada	(1.009.317)	(13.020)	(793.498)	-	(1.815.835)	-	(1.815.835)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>617.197</b>	<b>2.640</b>	<b>344.756</b>	<b>6.476</b>	<b>971.069</b>	<b>270.967</b>	<b>1.242.036</b>
<b>Taxa média anual de amortização %</b>							
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20	(a)				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 24.998 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 11,40% a.a. e 13,24% a.a., respectivamente.

### Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, à obra detalhada a seguir:

Total	
Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	263.985
Dispositivos de segurança	2.257
Adequações de Passarelas - SP-127	2.107
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	1.875
Muro de arrimo e de divisa na Sede	433



## 12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	Março de 2026	4.074	-	-	302.972 (d)
10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9382% (a)	Agosto de 2026	1.798	-	-	506.466 (c)
11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	Fevereiro de 2027	884	-	-	168.327 (d)
12ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março de 2028	2.575	1.603	127.879	127.620 (b)
13ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,5188% (a)	Março de 2028	1.022	827	242.321	- (b)
14ª Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,6090% (a)	Maior de 2029	2.093	2.093	641.251	- (b)
<b>Total</b>					<b>4.523</b>	<b>1.011.451</b>	<b>1.105.385</b>

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>110.336</b>	<b>225.484</b>
Debêntures	111.975	227.192
Custos de transação	(1.639)	(1.708)
<b>Não circulante</b>	<b>901.115</b>	<b>879.901</b>
Debêntures	903.999	882.599
Custos de transação	(2.884)	(2.698)
<b>Total</b>	<b>1.011.451</b>	<b>1.105.385</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

### Garantias:

- (b) Não existem garantias;
- (c) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta; e
- (d) Fiança corporativa da Controladora CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

### Cronograma de desembolso (não circulante)

	2024
2026	96.000
2027	308.000
2028	308.000
A partir de 2029	191.999
(-) Custos de transação	(2.884)
<b>Total</b>	<b>901.115</b>

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixem de pagar valores devidos em outros contratos por elas firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.



## 13. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

### 13.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.012</b>	<b>798</b>	<b>3.855</b>	<b>5.665</b>
Constituição	6.907	3.298	133	10.338
Reversão	(416)	(183)	(4.054)	(4.653)
Pagamentos	(5.879)	(688)	(7)	(6.574)
Atualização de bases processuais e monetária	196	111	73	380
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.820</b>	<b>3.336</b>	<b>-</b>	<b>5.156</b>

### 13.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	1.665	1.542
Trabalhistas e previdenciárias	3.772	205
Tributárias (a) (b) (c) (d)	1.437.814	1.318.460
<b>Total</b>	<b>1.443.251</b>	<b>1.320.207</b>

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

- R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 348.467 em 31 de dezembro de 2023), por supostos débitos e IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017 houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 202.255 (R\$ 191.667 em 31 de dezembro de 2024), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objeto de depósito judicial, atualmente no valor de R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 156.799 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
- R\$ 355.385 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 333.452 em 31 de dezembro de 2023) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas. Em 21 de fevereiro de 2024, ocorreu julgamento no CARF que, pelo voto de qualidade, reduziu a exigência fiscal para R\$ 86.205. Aguarda-se a intimação do acórdão;



- (c) R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 202.870 em 31 de dezembro de 2023), reduzido para R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 157.483 em 31 de dezembro de 2023) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Aguarda-se a intimação do acórdão; e
- (d) R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 433.669 em 31 de dezembro de 2023), reduzido para R\$ 339.260 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 316.635 em 31 de dezembro de 2023) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Aguarda-se a intimação do acórdão.

## 14. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.306</b>	<b>229.083</b>	<b>230.389</b>
Constituição	43.241	121.832	165.073
Ajuste a valor presente	445	25.492	25.937
Transferência	1.419	(1.419)	-
Realização	(1.124)	-	(1.124)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.287</b>	<b>374.988</b>	<b>420.275</b>

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.

## 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

### 15.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

### 15.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária de 2024.

### 15.4. Juros sobre capital próprio

Em 22 de março de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de março de 2024, no montante bruto de R\$ 4.591, correspondente a R\$ 0,022368012480 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 3.902, pagos em 30 de abril de 2024.



Em 24 de junho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2024, no montante bruto de R\$ 5.062, correspondente a R\$ 0,024665852 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.303, pagos em 27 de novembro de 2024.

Em 23 de setembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2024, no montante bruto de R\$ 5.749, correspondente a R\$ 0,0280158976 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.887, pagos em 22 de novembro de 2024.

Em 23 de setembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de setembro de 2020, no montante bruto de R\$ 3.160, correspondente a R\$ 0,01539856937 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 2.686, pagos em 22 de novembro de 2024.

Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de setembro de 2024, no montante bruto de R\$ 3.000, correspondente a R\$ 0,0146180976 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 2.550, pagos em 19 de dezembro de 2024.

## 15.5. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/76).

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais do exercício de 2024, no montante de R\$ 43.180, correspondentes a R\$ 0,21040164773 por ação. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2024.

Em 19 de novembro de 2024, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 140.102, correspondentes a R\$ 0,68267724600 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2024. Os dividendos aprovados foram pagos em 22 de novembro de 2024.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	172.609
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>172.609</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	43.152
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	158.430
<b>Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos</b>	<b>158.430</b>

## 15.6. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023 pela Controladora, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.



O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (total *shareholder return*) alvo real da Companhia no período.

É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 4.049;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 4.049 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 16.

## 16. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
<b>Receita bruta</b>	<b>1.219.702</b>	<b>1.109.856</b>
Receitas de pedágio	1.067.082	980.755
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	146.783	122.287
Receitas acessórias	5.837	6.814
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(94.207)</b>	<b>(86.192)</b>
Impostos sobre receitas	(92.543)	(85.746)
Abatimentos	(1.664)	(446)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.125.495</b>	<b>1.023.664</b>



## 17. Resultado financeiro

	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(132.367)</b>	<b>(170.021)</b>
Juros sobre debêntures	(130.553)	(167.790)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(25.937)	(15.418)
Capitalização de custos de debêntures	30.225	15.206
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(6)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	(95)	(30)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(6.007)	(1.983)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>31.252</b>	<b>36.087</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.291	21.414
Juros e outras receitas financeiras	15.961	14.671
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	2
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(101.115)</b>	<b>(133.934)</b>

## 18. Instrumentos financeiros

### 18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
<b>Ativo</b>	<b>Nível</b>	<b>193.321</b>	<b>205.567</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>112.523</b>	<b>130.802</b>
Caixa e bancos	Nível 2	4.319	4.366
Aplicações financeiras	Nível 2	108.033	126.260
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	171	176
<b>Custo amortizado</b>		<b>80.798</b>	<b>74.765</b>
Contas a receber das operações		80.797	67.604
Contas a receber de partes relacionadas		1	7.161
<b>Passivo</b>		<b>(1.073.907)</b>	<b>(1.156.350)</b>
<b>Custo amortizado</b>		<b>(1.073.907)</b>	<b>(1.156.350)</b>
Debêntures (a)		(1.011.451)	(1.105.385)
Fornecedores e outras obrigações		(57.412)	(41.610)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(3.544)	(3.683)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(4.178)
Obrigações com Poder Concedente		(1.500)	(1.494)
<b>Total</b>		<b>(880.586)</b>	<b>(950.783)</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

**Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:



	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.015.974	1.034.520	1.109.791	1.146.542

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

## 18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### 18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(1.015.974)	(132.845)	(163.960)	(195.075)
<b>Efeito sobre debêntures</b>		<b>(132.845)</b>	<b>(163.960)</b>	<b>(195.075)</b>
CDI	108.545	11.770	14.706	17.640
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>11.770</b>	<b>14.706</b>	<b>17.640</b>
<b>Total do efeito líquido de perdas</b>		<b>(121.075)</b>	<b>(149.254)</b>	<b>(177.435)</b>

A taxa de juros considerada foi <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	12,15%	15,19%	18,23%
--------------------	--------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).



## 19. Compromissos vinculados a contrato de concessão

### 19.1. Compromisso com o Poder Concedente – Outorga variável

	%	Base	Valor pago no período		Circulante	
			2024	2023	Valor a pagar	2024
Outorga variável	1,5	Receita bruta	17.381	16.106	1.500	1.494
<b>Total</b>			<b>17.381</b>	<b>16.106</b>	<b>1.500</b>	<b>1.494</b>

### 19.2. Compromissos relativos às concessões

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	1.134.742	1.179.783

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

## 20. Demonstração do fluxo de caixa

### 20.1. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Passivo de arrendamento	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.105.385)</b>	<b>(4.178)</b>	<b>(252)</b>	<b>(1.109.815)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>224.487</b>	<b>205.788</b>	<b>596</b>	<b>430.871</b>
Captações (líquidas dos custos de transação)	(871.885)	-	-	(871.885)
Pagamentos de principal e juros	1.096.372	-	596	1.096.968
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	205.788	-	205.788
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(130.553)</b>	<b>(201.610)</b>	<b>(1.208)</b>	<b>(333.371)</b>
Despesas com juros	(130.553)	-	-	(130.553)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(201.610)	-	(201.610)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	-	-	(95)	(95)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	(1.113)	(1.113)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(1.011.451)</b>	<b>-</b>	<b>(864)</b>	<b>(1.012.315)</b>

\*\*\*



## Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo  
Josiane Carvalho de Almeida  
Waldo Edwin Pérez Leskovar

Presidente  
Membro Efetivo  
Membro Efetivo

## Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes  
Angelo Luiz Lodi  
Fausto Camilotti

Diretor Presidente  
Diretor de Engenharia  
Diretor de Operações

## Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0